

**Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)**

**9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**

**AT 17: Política Internacional, Relações Internacionais, Política Externa e Integração  
Regional**

**O ATLÂNTICO SUL E A PROPOSTA DA ZOPACAS NO  
PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

Murilo Gomes da Costa

Mestrando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Laboratório de Análise Político Mundial (Labmundo), que compõe a Plataforma Latitude Sul. E-mail para contato: (murilogomes@iesp.uerj.br).

*“Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.”*

# O ATLÂNTICO SUL E A PROPOSTA DA ZOPACAS NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

## Resumo

Neste trabalho será feita uma análise do impacto da transição democrática do Regime Civil-Militar para a Nova República brasileira na atuação do Brasil para o Atlântico Sul, avaliando de que forma o processo de transição influenciou na proposta brasileira à ONU da formação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Também serão avaliados aspectos das relações civis-militares na produção de políticas públicas voltadas ao Atlântico Sul e como se inseriram os atores domésticos nos debates sobre a inserção do tema do Atlântico Sul, no Brasil, tanto na política externa, como na política de defesa. O trabalho usa como recorte temporal o período pós-redemocratização, em um primeiro momento, além de perpassar pelos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, devido aos avanços das discussões e práticas às questões referentes aos Atlântico Sul, principalmente com a retomada das reuniões da Zopacas. A metodologia que guia a pesquisa é a qualitativa analítica, tendo como método revisão bibliográfica sobre o tema em questão, a análise de documentos e projetos da Comissão de Relações Internacionais e Defesa da Câmara e Senado Federal, além dos documentos do Ministério da Defesa, como a Estratégia de Defesa Nacional e o Livro Branco de Defesa Nacional. Em síntese, com esse estudo, torna-se possível constatar como a temática do Atlântico Sul engendrou uma correlação da política externa e da política de defesa do Brasil, estando inclusive mais presentes no debate doméstico e, também, na produção de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Atlântico Sul, Redemocratização, Zopacas, Brasil

## Introdução

Com a transição democrática no Brasil, reafirmou-se por meio da proposta da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), a necessidade de consolidar o Atlântico Sul como uma zona de paz, livre de armas de destruição em massas, e como uma região de ensejo à cooperação. Esta proposição brasileira substituiu o projeto da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), visto que esta seria uma organização vinculada aos interesses da Grã-Bretanha, em conjunto com o governo sul-africano, ainda no período do Apartheid.

Primeiramente será detalhado o contexto e processo histórico que resultou na conformação da proposta brasileira da Zopacas, analisando brevemente os impactos do período da Guerra Fria para a criação da proposta apresentada à Organização das Nações Unidas (ONU), e de que forma os governos da pós-redemocratização trabalharam na conformação e continuidade da Zopacas. Ademais também serão analisadas as principais discussões e ações advindas das reuniões interministeriais, e o papel delas no amadurecimento do Fórum da Zona de Paz.

Na seção seguinte, será abordada a dimensão doméstica, a partir das discussões presentes em documentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional, tanto da Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, além de documentos como os Diários da Câmara e Senado Federal, com discursos dos parlamentares. Com a apresentação da dimensão doméstica, serão expostos os momentos em que houve aumentos e diminuições nas discussões sobre a Zopacas e de temas correlatos à região sulatlântica. Além disso, também será inferido como a participação ativa de parlamentares, tanto no âmbito da Comissão, como fora dela, foi importante para trazer à tona uma maior aproximação discursiva dos apontamentos dos parlamentares, com os anseios de setores das Forças Armadas, em particular da Marinha do Brasil. Ademais, demonstrará uma tendência à uma reaproximação, nas questões relativas à defesa e segurança do Atlântico Sul, das relações civis-militares, na confecção e aprovação dos Planos Estratégicos da Marinha do Brasil, principalmente diante das preocupações com a reativação da 4ª Frota estadunidense, da descoberta do Pré-sal, e dos anseios da Marinha em aumentar e modernizar sua Armada, principalmente com a construção de submarinos para proteção da fronteira marítima brasileira, com destaque para o submarino de propulsão nuclear.

Por fim, o trabalho adentrará na atuação da Política Externa do Brasil para o Atlântico Sul, perpassando pelos governos Lula e Dilma, mostrando a maior consonância entre as ações do Ministério da Defesa (MD) e Ministério das Relações Exteriores (MRE) no debate da Zopacas e nas questões de segurança do Atlântico Sul, principalmente na promoção de acordos e projetos de cooperação na área de defesa e segurança, junto aos países banhados pelo Atlântico Sul.

## ZOPACAS: História e Desenvolvimento

A ZOPACAS<sup>1</sup> foi criada pela declaração, que ficou registrada como a “resolução 41/11” da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1986. A proposta brasileira de criação de uma zona de paz e cooperação foi “o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. Foi, em suma, a materialização da herança atlântico-africana e que resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membro desta Zona” (Penha, 2011:187).

Para compreender as razões pelas quais criou-se a ZOPACAS, torna-se imprescindível uma rápida retomada histórica à época da Guerra Fria. O Atlântico Sul, nesse contexto, tinha um papel marginalizado, no tocante às geoestratégias das potências ocidentais. A principal importância dessa região oceânica era a de uma rota marítima, principalmente, no que tange o transporte do petróleo, que era controlado pelas potências ocidentais (Penha, 2010:3). Nesse sentido, a fim de se garantir esse controle

*(...) alguns mecanismos militares foram implementados: o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – entre os Estados Unidos e os países da América do Sul (1947) e o “Acordo de Simonstown”, estabelecido entre a África do Sul e a Grã-Bretanha (1955-1975). Também, nesse contexto, menciona-se a iniciativa, por parte da Argentina e da África do Sul (e apoiada formalmente pelos Estados Unidos nos anos 80), de constituição de um sistema de segurança regional integrado, consubstanciado na OTAS — Organização do Tratado do Atlântico Sul (...)” (Penha, 2010:4).*

A OTAS funcionaria “aos moldes da aliança militar liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e Europa Ocidental no Atlântico Norte. A proposta, inicialmente levantada pela África do Sul, foi recusada pelo Brasil, que se opunha à militarização do Atlântico Sul.” (José 2011:239). A tentativa de criação da OTAS se deu principalmente pela dita “ameaça” comunista que poderia instaurar-se na região do Atlântico Sul, já que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) passava a influir cada vez mais no continente africano, principalmente com os movimentos de independência. Em diversas ex-colônias “os comunistas tomaram o poder, dada à sua identificação com o anticapitalismo e, portanto, com o anti-imperialismo, particularmente em países que se formaram a partir da vitória de uma insurreição popular organizada e mantida à base da guerrilha como ocorreu em Moçambique e em Angola”. (Lopez, 1987:127) Diante disso, a proposta da OTAS tinha como objetivo frear o avanço soviético,

---

<sup>1</sup> Integram a iniciativa, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, desde os “vizinhos” sulamericanos (Argentina e Uruguai), quanto aos da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo). (Bielinski, 2013:1)

principalmente diante da expansão marítima da URSS na região da África Austral, onde se formou um “bloco de estados”, que tinha governos pró-marxistas. (Dodds, 1994:34).

Já na década de 80, no período pós-redemocratização, o presidente do Brasil, José Sarney, em visita oficial à Cabo Verde, Moçambique e Angola, entendeu que seria importante garantir a presença brasileira no Atlântico Sul, principalmente por meio do apoio político ao continente africano, a fim de criar uma região pautada na cooperação e paz, mesmo à revelia dos EUA (José, 2011:238). Com isso em vista, o Itamaraty logo passou a investir em políticas de cooperação e planejar políticas e iniciativas regionais que facilitassem as relações para com os países africanos limítrofes ao Atlântico Sul.

O projeto de constituição da ZOPACAS, elaborado pelo diplomata Antônio Celso Souza e Silva, após apresentação ao presidente Sarney, foi encaminhado ao Itamaraty, para que se reformulasse o projeto em um formato mais modesto. O projeto original consistia inicialmente na possibilidade de constituição de um tratado à semelhança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no qual o Brasil teria um papel de destaque na promoção de uma zona desnuclearizada. (Ribeiro, 2008:43)

No entanto, os principais entraves à proposta da ZOPACAS adivinham da conjuntura vivenciada pelos principais parceiros, conforme argumenta Ribeiro (2008:44):

*Angola se encontrava em guerra civil e a África do Sul, sob regime do apartheid. Constituída pelos países da costa ocidental da África e pelos países banhados pelo Atlântico Sul, na América Latina, a ZOPACAS teve como objetivo, ainda, o de servir de fórum capaz de favorecer formas de integração e colaboração regional, um local em que o Estado brasileiro vislumbrava a possibilidade de maximização de seus interesses no plano atlântico. Sua criação conteria a estratégia da diplomacia brasileira no que toca à preservação da condição já conquistada pelo Brasil no Atlântico Sul, uma vez que intenta reforçar os laços do país com a África Subsaariana, contrabalançando a influência argentina e sul-africana na região. (Ribeiro, 2008:44)*

As discussões referentes à proposta da Zopacas, voltam a ter destaque a partir do governo Itamar Franco (1992-1995), período em que a zona de paz ganha um caráter mais pragmático, principalmente com a finalidade de fortalecimento do papel do Brasil na região. Esta retomada também serviu como uma resposta do governo às pressões estadunidenses de se projetar sobre a região sul-americana em seus anseios de integração hemisférica - inicialmente como uma possível ampliação do Nafta e, posteriormente, com a proposta de criação da Alca.

A ZOPACAS atendia, assim, aos interesses do Brasil no sentido de ampliar o espaço para a cooperação econômica e comercial, permitindo engendrar a cooperação nas áreas técnico-científica e as iniciativas de caráter político-diplomático sobre proteção ambiental, desnuclearização e solução de conflitos. (Ribeiro, 2008:45).

Nesse período, diante do fim do regime do apartheid na África Austral, há o relançamento da ZOPACAS, com a visão de se abrir um canal comum entre os países do Cone Sul e os da região africana, particularmente com a África do Sul e Angola. No primeiro caso, como destacam Hirst e Pinheiro (1997:19):

*Deve-se ressaltar a busca de cooperação na área tecnológica, agropecuária e de combate ao narcotráfico e, principalmente, o esforço da diplomacia brasileira, através de seu Departamento de Promoção Comercial, de aproximar o empresariado dos dois países em direção a empreendimentos conjuntos com base na crença de que a África do Sul deverá liderar um processo de integração econômica no continente, semelhante ao MERCOSUL. (Hist; Pinheiro, 1997:19)*

Já em relação à Angola, a atuação do Brasil caracterizou-se pelo reiterado apoio em prol da pacificação do país, colocando-se favorável à advertência apresentada pelo Conselho de Segurança da ONU, em julho de 1993, ao líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, com embargo a seu grupo, caso não abandonasse a ação militar e respeitasse o resultado das eleições de setembro de 1992.

No que diz respeito à questão nuclear, a proposta de eliminação de armas de destruição em massa, e a pesquisa de tal tecnologia, sempre estiveram em pauta, desde a criação da ZOPACAS. Os países desta zona se comprometeram, por meio de tratados, a fazer com que nesta área não se produzisse ou armazenasse armas nucleares. Assim, todos os membros assinaram, em momentos posteriores, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Todavia, os Estados pertencentes à zona de paz e cooperação, a partir de 2007, tiveram o direito de desenvolver pesquisas, produzir e utilizar, com fins pacíficos, a energia nuclear. Esta iniciativa demonstrou o interesse desses Estados em aprimorar essa tecnologia para fins pacíficos e domésticos. (Souza, 2007:7)

No tocante às primeiras iniciativas factíveis, no âmbito do Fórum da Zopacas, destacam-se as duas primeiras reuniões ministeriais da ZOPACAS, que tiveram lugar em 1988 e 1990, no Rio de Janeiro e em Abuja (Nigéria), respectivamente. O primeiro encontro discutiu o funcionamento estrutural do fórum, com a troca de informações preliminares sobre as principais questões envolvendo as metas propostas na criação da Zona. Enquanto o segundo já representou a cristalização das novas linhas mestras de ações entre os estados membros da Zopacas.

No entanto, após as duas primeiras reuniões, houve uma relativa perda de interesse por parte dos Estados-membros em levar o Fórum adiante. Nas palavras de Penha (2011:188):

*A falta de uma estrutura institucional para a Zopacas contribuiu para a diminuição de interesse dos países membros, muito dos quais confrontavam sérios problemas domésticos. Com isso a iniciativa da Zona estagnou-se e quase foi abandonada, não fosse a atitude da diplomacia brasileira em relançar o projeto em novas bases, em 1992, levando em consideração a nova realidade internacional do Pós-Guerra Fria. (...) buscou-se, a partir do novo contexto internacional, um rearranjo de prioridades com ênfase na cooperação econômica, mais do que na ideia de paz, através de ações coletivas por parte dos países membros em promover o desenvolvimento na Zona; E contribuiu para essa nova etapa o processo de independência da Namíbia, a democratização da África do Sul e a normalização das relações diplomática da Argentina e Grã-Bretanha, em torno das Malvinas. (Penha, 2011:188).*

No entanto, a partir de 1994, com a realização do terceiro encontro, em Brasília, se empreendeu uma reformulação estrutural da ZOPACAS. Dentre as principais medidas, destacam-se o incentivo à cooperação em questões econômicas e ambientais, a adoção da “Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul”- a qual determinava o desarmamento de armas nucleares e de destruição em massa na região (ALMEIDA, 2013:205) -, a “Declaração do Meio Ambiente Marítimo”, a “Declaração da Cooperação Comercial no Atlântico Sul”, além do estabelecimento de um Comitê permanente da Zopacas.

Por sua vez, o quarto encontro, ocorrido em 1996, na Cidade do Cabo, África do Sul, teve como pauta a revitalização dos princípios da Zopacas, por meio do cumprimento das deliberações acertadas. Com isso, houve a ênfase na ampliação da cooperação entre os Estados-membros, em diversas áreas, como no campo econômico, tecnológico, ambiental, cultural, esportivo e de combate ao narcotráfico. Também se firmou a necessidade de aplicação de uma diplomacia preventiva, com exercícios de manutenção e construção da paz, como meio desejável para a conservação da paz e segurança na região. Por fim, também houve o registro de que os Estados-membros deveriam se garantir que a Zopacas continuaria sendo um ativo instrumento para promoção de cooperação intrarregional e inter-regional. (Grove, 1995:224)

Na quinta reunião, em Buenos Aires, no ano de 1998, buscou-se a adoção de um plano de ação, que, no entanto, por falta de consenso sobre o processo de implementação, acabou gerando um esvaziamento do conteúdo da reunião, e enfraquecendo a iniciativa dos países da zona. O fracasso dessa reunião impactou inclusive no cancelamento da reunião seguinte, que ocorreria em Cotonou, no Benin. (Penha, 2011:191).

Diante disso, veio à tona a questão da inexistência de uma infraestrutura que permitisse sustentar e conceder eficácia à ZOPACAS. Conforme inferem Rocha Carvalho e Nunes (2014:88):

*Com o desgaste da Zona de Paz e Cooperação, a próxima Reunião Ministerial ocorreu quase uma década depois. A partir do sexto encontro, em 2007, a ZOPACAS principiou sua revitalização. Todos os vinte e quatro países membros do foro estiveram presentes na reunião, episódio que demonstrou a vontade de dar maior destaque à iniciativa. Esse encontro teve como resultado o Plano de Ação de Luanda, o qual indicava as áreas em que os esforços de cooperação deveriam ser intensificados.*

Em seguida, foram criados os grupos de trabalho para cooperação econômica, elaboração de missões de paz, análise de questões ambientais e combate às atividades ilegais transnacionais (VISENTINI, 2013:150). É importante salientar que na ocasião foi defendido o direito inalienável dos Estados membros de utilizar energia nuclear para fins pacíficos, uma questão interligada aos interesses energéticos e à Política de Defesa do Brasil, bem como à pesquisa nuclear da África do Sul (SOUZA, 2007:8).

O sétimo encontro, ocorrido em Montevidéu, teve um marco importante, que foi a participação, pela primeira vez, dos ministros da defesa dos países-membros, consolidando a ênfase do fórum nas áreas de defesa e segurança. Diante disso, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, trouxe propostas para que fosse concretizada a parceria nessas esferas, dentre elas, uma reunião dos ministros da Defesa da Zona. O encontro produziu dois documentos de nível político-estratégico: a Declaração de Montevidéu e o Plano de Ação de Montevidéu, que trouxeram à tona os conceitos e as principais ações a serem levadas adiante pelo nível operacional dos Estados componentes da Zona. De acordo com Caldas (2013:25),

*Na Declaração de Montevidéu, predominam os temas sobre a extinção de armas de destruição em massa; defesa e desenvolvimento, incluindo questões econômicas e financeiras; mudanças climáticas; oceanos e recursos marinhos; crimes internacionais, como pirataria, tráfico de drogas, armas, pessoas e lavagem de dinheiro. No Plano de Ação de Montevidéu, os Estados se comprometem com ações de exploração do fundo marinho, cooperação na área de meio ambiente, transporte marítimo, aéreo e segurança portuária, salvaguarda e segurança marítimas, segurança pública e combate ao crime organizado, bem como o desenvolvimento de capacidades. (Caldas, 2013:25)*

O último momento de debate se deu na organização de um seminário para países membros da Zopacas, por parte do Ministério da Defesa do Brasil, em novembro de 2015, em parceria com o MRE, que teve como principais questões de debate os seguintes temas: “Dilemas Éticos em Operações de Paz”, “Doutrina da União Africana para Operações de Paz”, “A experiência brasileira na Força-Tarefa Marítima da ONU no Líbano”, “A Unidade de Treinamento Móvel



do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)”, “O Painei Independente da ONU sobre Operações de Paz, “Atividades Desenvolvidas pela ONU no Congo”, “A Questão de Gênero em Operações de Paz” e “Apoio de Saúde em Operações de Paz”, mostrando a ênfase nas questões de segurança e principalmente, nas trocas de experiências em relação às operações de paz. (Ministério da Defesa, 2015:1)

## **O Atlântico Sul e o debate doméstico no Congresso Nacional**

A partir das análises dos documentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional<sup>2</sup> (Câmara dos Deputados e Senado Federal) – que incluem atas de reuniões, diários, pareceres, livros de anais e projetos de leis – é possível verificar que o debate acerca do tema do Atlântico Sul e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul esteve relegado a segundo plano desde o período da redemocratização até meados dos anos 2000, quando emerge maior atenção à necessidade de revitalização da Zopacas, preocupações com a reativação da 4ª Frota estadunidense, a descoberta das riquezas do Pré-sal, e os primeiros anseios da Marinha do Brasil na elaboração de seu programa estratégico, com ênfase na construção de submarinos para proteção da fronteira marítima brasileira. Nesse ínterim, as ações e debates concentraram-se no Ministério das Relações Exteriores, principalmente com a ocorrência das primeiras reuniões interministeriais, com presença dos países membros da Zopacas, entre 1988 e 1998.

No entanto, no período imediato do processo de pós-redemocratização houve, em certos momentos, a presença de um debate envolvendo os atores domésticos sobre as relações do Brasil no âmbito do Atlântico Sul. Ainda em 1986, com a recente criação da Zopacas, há uma discussão em pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, iniciada pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) acerca da participação do então presidente da República, José Sarney, na Conferência Internacional pelo Desarmamento, em Genebra, na Suíça, sob a égide das Nações Unidas. A conferência esteve sob a representação do Embaixador Celso Souza e

---

<sup>2</sup> “A CREDN foi criada por Resolução datada de 15 de setembro de 1936, com a denominação de “Diplomacia e Tratados”. A partir da Resolução nº 15, de 1996, passou a denominar-se “Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional” - art. 32, inciso XV do atual Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Seus principais objetivos são a apreciação de projetos de lei, tratados internacionais e outras proposições referentes às áreas de defesa e de política externa brasileiras. Compete-lhe, ainda, o acompanhamento e a fiscalização das ações administrativas exercidas pelo Poder Executivo naquelas áreas, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal. Além dessas funções, a CREDN promove, também, debates e discussões com a participação de autoridades civis e militares, estudiosos, especialistas, acadêmicos e com a sociedade civil, sobre todos os temas ou assuntos inseridos no seu campo temático de atuação.” (Câmara dos Deputados, 2017:1)

Silva, que presidia os trabalhos, em função dos critérios de rodízio que prevaleciam nas Nações Unidas. Ademais, neste encontro diplomático, ficou marcada a decisão da diplomacia brasileira, no sentido de trabalhar para que o Atlântico Sul se transformasse em uma Zona de paz e que ficasse à parte das disputas entre as grandes potências. (República Federativa do Brasil, 1986:1423)

É importante mostrar como o tema alcançou a agenda e mobilizou os movimentos sociais, em particular as lideranças das juventudes de diversos partidos brasileiros no ano de 1988 – marcado pela primeira reunião dos 21 países que compunham a Zopacas, em meados de julho, no Rio de Janeiro. Esta mobilização frente à proposta da Zopacas, e da primeira reunião interministerial do Fórum, teve como resultado a “Jornada Juvenil Democrática: Atlântico Sul-Zona da Paz”, organizada pelas juventudes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). (Correio Braziliense, 1988:14)

Ao encontro compareceram – além de personalidades que lutavam pela paz e pela preservação da área – as delegações de várias Nações e de movimentos de independência nacional, como por exemplo, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia, o Movimento de Libertação Nacional da África do Sul, e países como Angola, Moçambique, Nicarágua, Cuba, URSS, Hungria, Argentina, Uruguai e Chile (República Federativa do Brasil, 1988:2335). Dentre uma das principais metas do encontro, destaca-se, nas palavras do então deputado Augusto Carvalho (PCB-DF):

*A meta desse encontro foi realmente fazer tirar do texto as declarações solenes, feitas, inclusive, pelos representantes do Governo brasileiro, através da aprovação de resolução da ONU, e considerar essa região do mundo como Zona da Paz, ou seja, tirar essa proposta do papel e materializá-la; lutar de todas as formas para que a guerra, a corrida armamentista, e ameaça das bombas nucleares sejam definitivamente banidas, aliviando, por conseguinte, essa região do mundo de tensões localizadas, que têm infernizado a vida dos povos e da humanidade como um todo. (República Federativa do Brasil, 1988:2335)*

Em novembro de 1996, em um relatório apresentado na sessão da CREDN sobre relações com Guiné-Bissau é informado como o país tem acolhido com entusiasmo os avanços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) rumo a sua institucionalização, assim como tem demonstrado interesse na implementação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Desta forma, os representantes de alto nível do Governo guineense têm

comparecido com prontidão a todos os encontros, tanto os que se realizam no âmbito da CPLP, quanto da ZOPACAS.

Já no diário do Senado Federal de 1998, também houve menção às relações externas com a Namíbia, em que foi destacada a dimensão marítima do país e seu interesse pelos temas do Atlântico Sul, e como isso vinha se traduzindo por uma crescente valorização do papel da ZOPACAS, nesse contexto. A Namíbia naquele momento buscava um papel mais ativo em vários organismos internacionais, sobretudo naqueles vinculados ao mar, tendo inclusive postulado sua eleição para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. (Senado Federal, 1998:10071)

No breve período entre 1998 e 2002, houve uma diminuição no debate interno, com poucas menções ou discussões sobre a temática do Atlântico Sul. Todavia, houve a promulgação de um tratado sobre as relações de parceria entre o Brasil e a Federação da Rússia, que fora celebrado em Moscou, no 2000, com aprovação em 2002. Dentre os diversos artigos da declaração do tratado, destaca-se o Artigo IV, que infere que “de acordo com a Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, as partes favorecerão a consolidação da zona de paz e cooperação do Atlântico Sul e a plena realização de seus objetivos, com ampla colaboração da comunidade internacional”, mostrando a atenção dada, por parte de uma grande potência, à uma organização de países do Sul Geopolítico. (Câmara dos Deputados, 2002:1)

A partir de 2004, inicia-se um maior estreitamento das relações civis-militares, e também uma aproximação discursiva, por parte dos parlamentares, com os anseios da Marinha do Brasil. Um exemplo foi na exposição de Elimar Máximo Descenso (PRONA/SP), em 2004, em que aborda iniciativas trazidas pelo Poder Executivo, e que eram aguardadas pelas Forças Armadas. O destaque fica para a importância, levantada pelo deputado, do Brasil ter a capacidade de construir e operar submarinos nucleares, o que habilitaria a Armada brasileira de estar presente ao longo de toda a América do Sul e em todo o Atlântico Sul, em especial na Zona de Economia Exclusiva, que é de responsabilidade brasileira. (Câmara dos Deputados, 2004:1)

Adentrando no ano de 2008, nota-se uma intensificação dos debates relacionados com as temáticas inerentes ao Atlântico Sul, com grande destaque nas plenárias e comissões do Congresso Nacional. Este aumento de interesse se deu principalmente com o advento de dois acontecimentos centrais: a descoberta do pré-sal e a reativação da Quarta Frota dos Estados Unidos da América (EUA).

Um momento que marcou os impactos destes acontecimentos fica a encargo do requerimento de 2008, sobre a reativação da 4ª frota, de autoria do Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), que convocou o Embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que comparecessem à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, para prestar esclarecimentos sobre a reativação da Quarta Frota da Marinha estadunidense. Em sua Justificação, o Senador infere que:

*Após quase seis décadas, foi reativada a Quarta Frota da Marinha Estadunidense, destinada a operar no Atlântico Sul e Caribe. A medida provocou inquietação entre líderes latino-americanos e na opinião pública da região (...) por se tratar do maior país do Hemisfério Sul, com águas jurisdicionais e projetando-se em grande parte no Atlântico Sul, o Brasil tem necessidade de conhecer mais sobre a medida implementada soberanamente pelos EUA. (...) O Senado Federal, não pode ficar alheio a questão tão significativa para a Defesa Nacional do País. O convite visa esclarecer os fatos e as suas possíveis implicações em relação à segurança regional e às relações entre os EUA e o Brasil. ” (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2008:1)*

Em 2008, em dois outros momentos, nos discursos do então Deputado José Genoíno (PT/SP) sobre a Política Internacional do Governo Lula, é possível observar novamente uma aproximação dos discursos parlamentares, para com os objetivos e anseios estratégicos da Marinha do Brasil. Em uma plenária, o Deputado ressalta a importância do desenvolvimento da matriz energética brasileira. Merece destaque, em sua fala:

*Dois aspectos do desenvolvimento de nossa matriz energética são muito importantes. O primeiro é a incorporação da energia nuclear - e há decisão de nosso Governo de reiniciar as obras de Angra III em setembro, como já foi anunciado. Ao mesmo tempo, desenvolver o projeto nuclear brasileiro, dirigido principalmente pela Marinha do Brasil, para que possamos ter o domínio do ciclo do combustível nuclear e a construção do submarino com propulsão nuclear para a defesa estratégica do Atlântico Sul, área geopolítica fundamental para o nosso País. (Câmara dos Deputados, 2008:1)*

Em outra situação, foi destaque novamente em seu discurso a questão da defesa estratégica do Atlântico Sul. Genoíno infere que:

*A defesa estratégica do Atlântico Sul exige uma Marinha cada vez mais moderna e, principalmente, com um submarino de propulsão nuclear. Ao discutir essas questões, nós estamos olhando o Brasil do futuro, o Brasil das próximas gerações, o Brasil que sonha com seu potencial. E é esse potencial de sonho que estamos construindo, Sr. Presidente, no dia-a-dia, no Governo Lula. As bases estão colocadas pelo bom Governo que o Presidente Lula*

*realiza, pela sua capacidade de liderança e intuição política, pela maneira como relaciona o resgate da nossa história com a previsão de futuro. (Câmara dos Deputados, 2008:1)*

Por fim, uma outra situação de destaque nesta convergência discursiva, se deu também em 2008, em discurso do Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ) sobre a visita de uma comitiva constituída de parlamentares, autoridades militares e integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) à Estação Brasileira Comandante Ferraz, na Antártica. Em seu discurso, houve destaque dado à importância da realização de investimentos no Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR<sup>3</sup>. Ressalta-se em sua fala, o seu argumento sobre a segurança do Atlântico Sul:

*Por se tratar de rota comercial de importância crescente no comércio internacional, a segurança do Atlântico Sul é fundamental, e o Brasil não pode renunciar a uma posição de força nessa parte desse Oceano. Atualmente, além do Brasil, mais de 47 países têm interesses na Antártica e 29 possuem estações para pesquisas". (Câmara dos Deputados, 2008:2)*

Em síntese, diante dos diversos exemplos de discussões domésticas sobre o Atlântico Sul e Zopacas, no âmbito do Congresso Nacional, com ampla participação dos parlamentares, o intento foi justamente demonstrar a centralidade e o papel dos debates promovidos pelos atores domésticos – em assuntos que normalmente estiveram centrados na pauta do Ministério das Relações Exteriores – no desenvolvimento e promoção de políticas públicas, projetos de cooperação, acordos internacionais e outras medidas políticas, que foram engendradas a partir deste momento, e levadas em frente pelos Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa.

Vale acrescentar que neste período da pós-redemocratização, em particular, em que a participação constitucional do Poder Legislativo consistiu principalmente na aprovação *ex post* de acordos internacionais, coube ao Executivo o poder de formulação da política externa. No entanto, mesmo havendo a desigualdade entre as atribuições, o Legislativo demonstrou possuir

---

<sup>3</sup> O PROANTAR apoia a execução de pesquisas que tenham por objetivo ampliar os conhecimentos dos fenômenos antárticos e suas influências sobre questões de relevância global e regional. Sua implementação logística está a cargo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), vinculada ao Comando da Marinha (Ministério da Defesa - MD). Também são parceiros na execução do Programa o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre outros atores do setor público (PETROBRAS) e privado (OI - empresa responsável pela transmissão de voz e dados de longa distância). (CNPQ, 2013, p.1)

importantes meios de influência no processo decisório da política externa brasileira. (Alexandre, 2006:6). Com isso, tornou-se reforçada a hipótese que aponta para uma participação ou influência do Legislativo na formulação de assuntos da política externa, conforme inferem Milani e Pinheiro (2013:20) que postulam que

*(...) a influência do Legislativo na formulação da política externa não se dá necessariamente por meio dos mecanismos regulares de condução das relações entre os poderes, mas sim pela prática política o que acabaria por revelar um real interesse de alguns parlamentares pela formulação da PEB, negando, assim, a hipótese levantada anos antes de relativa abdicação da sua participação em temas de política externa. (Milani e Pinheiro, 2013:20)*

Acrescenta-se a esta ideia, a constatação de que com a ampliação da participação de atores distintos em assuntos inerentes ao campo da política externa, as discussões sobre as temáticas internacionais têm se mostrado cada vez mais em um processo de disputas e debates políticos. Ademais, pode-se dizer que “a intensificação da politização das agendas de política externa é decorrência da maior pluralidade dos atores e de suas visões, das ideias e princípios que, assim, alcançam o espaço público; (..) nessa nova configuração, à medida que os ministérios domésticos expandem sua área de interesse para assuntos de natureza externa, mais se politiza a política externa”. (Milani e Pinheiro, 2013:30)

### **Atuação da Política Externa Brasileira no Atlântico Sul**

Perpassando pelos governos Lula e Dilma, no tocante à atuação da Política Externa Brasileira, nota-se que, o discurso do Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro, principalmente nas conferências e encontros com os países do entorno do Atlântico Sul, voltou a priorizar questões relativas à paz e a cooperação no âmbito desta região. Neste período, em questão, também foi possível observar que

*o estreitamento de laços entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores tem permitido a expansão da cooperação em defesa seguindo o desejo de reaparelhamento das Forças Armadas e as prioridades da política externa. Apesar do discurso oficial da cooperação Sul-Sul brasileira enfatizar os laços históricos e culturais com a África Lusófona, na área de defesa os acordos e iniciativas englobam uma geografia mais ampla. Observa-se, notadamente, um esforço sistemático de estabelecer ou aprofundar a cooperação naval com todos os países africanos no litoral atlântico, independentemente do tipo de regime e sendo eles ou não de língua oficial portuguesa (Abdenur e Marcondes, 2014:12)*

Desta maneira, compreende-se que o setor da defesa é um dos instrumentos mais eficazes da diplomacia brasileira nesta estratégia da sua política externa de médio e longo prazo. Assim, os objetivos que orientam a atuação internacional das Forças Armadas Brasileiras incidem, em primeiro lugar, na manutenção de um ambiente de estabilidade regional, porque é num clima de paz que se reúnem e criam as condições para garantir a segurança dos Estados, prevenindo-os contra ameaças internas e externas. E, em segundo lugar, na manutenção da paz e segurança internacionais, bem como na própria projeção do Brasil a nível internacional. (CAE, 2014:15)

Um dos primeiros e principais exemplos da cooperação no setor de defesa se deu em 2003, quando houve a aprovação do Acordo com a Namíbia, firmado em 2001, e que marcou um primeiro momento de maior inserção das Forças Armadas em ações da Política Externa, na temática do Atlântico Sul. Dentre os principais resultados concretos deste acordo de cooperação, destacaram-se a realização pela Marinha do Brasil de mais de 1.500 cursos na Namíbia, além da formação cerca de 2.000 oficiais e soldados namibianos. Houve também a doação de uma corveta, em 2004, da marinha do Brasil à Namíbia, como primeiro ato de implementação do acordo de cooperação naval. Já em 2004, dando prosseguimento aos termos do acordo, foi assinado outro acordo para o fornecimento de um navio patrulha e duas lanchas de patrulha para a marinha namibiana. (CAE, 2014:17)

Diante disso, retomando a própria ZOPACAS, pode-se dizer que ela também se tornou um meio para legitimar as pesquisas científico-militares dos países integrantes, para a própria modernização de seus aparatos de defesa. O Brasil tem buscado, assim, o fomento da alta tecnologia nos aparatos de defesa e segurança, e, paralelamente, tem ajudado os países vizinhos e, principalmente, os países da África, lindeiros ao Atlântico Sul.

Assim, conforme foi constatado por Mapa (2011:8), é possível verificar que

*Entre 2003 e 2010, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal (sendo Moçambique o único que não integra a ZOPACAS, mas cuja posição estratégica no Oceano Índico é incontestável). Entre as ações cooperativas, ressalta-se a de formação militar, na qual foi criado um Centro de Formação de Forças de Segurança em Guiné Bissau (com investimento brasileiro de US\$ 3 milhões) e, na Namíbia, o governo brasileiro forneceu apoio à criação do Corpo de Fuzileiros Navais (com cerca de 600 militares) – outra ação importante, junto à Namíbia, é o levantamento da plataforma continental namibiana e a doação de embarcações. Com Guiné Bissau, o Brasil prestou apoio na reforma do setor de segurança com US\$ 750 mil (entre 2004-2005, através da ONU) e doou uniformes para suas Forças Armadas. (Mapa, 2011:8)*

Durante a VII Reunião Ministerial da Zopacas, ocorrida em 2013, o ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, destacou a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais na área de defesa no contexto da Zona: “Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial.” (Ministério da Defesa, 2013:1).

Em janeiro de 2013, o Brasil anunciou que iria auxiliar Angola a estruturar sua indústria de defesa a fim de reduzir a dependência externa das Forças Armadas do país africano, em relação à aquisição de equipamentos militares. A medida foi um dos principais resultados da visita oficial, que foi realizada pela comitiva brasileira, chefiada pelo ministro Celso Amorim. (Ministério da Defesa, 2013:2)

No âmbito da concertação internacional, os países que conformam a Zopacas, já utilizaram o espaço multilateral da Zona, para produção de declarações conjuntas. Durante a reunião interministerial de 2013, por exemplo, aprovou-se uma declaração acerca da situação na República Democrática do Congo. No corpo do texto, nota-se como os países da zona preocuparam-se em mostrar um posicionamento firme, sob a égide dos princípios fixados na carta da ONU. No corpo da declaração, afirmou-se:

*“Nós recomendamos fortemente o compromisso com os Membros da Zona, em resguardar e promover os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas em favor da paz e da segurança. Nós reafirmamos o papel fundamental da diplomacia, a fim de prevenir conflitos, assim como na manutenção e consolidação da paz e segurança no mundo. Nós expressamos nossa preocupação com a situação que afeta da República democrática do Congo, e condenamos os ataques e violações promovidos pelo M23 (...) Nós afirmamos e expressamos nossa solidariedade com a República Democrática do Congo (RDC) e clamamos à comunidade internacional, para que aumentar seus esforços para cooperar com a RDC, ao lidar eficazmente com as raízes dos problemas e ameaças da paz e segurança na região dos grandes lagos.”* (Itamaraty, 2013:2)

Além disso, o Brasil desenvolveu, a partir de 2013, programas de cursos de capacitação técnica e profissional, que foram voltados aos nacionais dos países-membros da Zopacas. Esses cursos possuíram o mérito de permitir ampla troca de experiências e boas práticas em áreas de interesse mútuo, reafirmando, assim um “espírito” de solidariedade e parceria. (Itamaraty, 2013). Alguns exemplos de cursos que já foram efetuados são os cursos de “Gestão e Planejamento na Zona Costeira e Marinha”, “Criminalidade Transnacional”, “Gestão



Sustentável da Pesca e Aquicultura”, “Organização dos serviços nas ações de controle da tuberculose para os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” e “Oceanografia no Atlântico Tropical”. (Agência Brasileira de Cooperação, 2013:1).

Vale ressaltar também outra iniciativa relevante por parte do Brasil nesse período, que foi o fortalecimento dos Fóruns Multilaterais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que aproximou o país de Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Segundo análise de Penha (2011:206), o Itamaraty via na CPLP uma oportunidade de integrar o Mercosul à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. A organização oficialmente pretende promover a cultura de seus países, além de facilitar coordenação política e cooperação técnico-científica. (Guimarães, 2015:15)

Adicionalmente, os países-membros da CPLP também têm desenvolvido a cooperação em defesa. No que se diz respeito à segurança marítima, as questões de cooperação têm sido debatidas em torno da Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP. Por parte do Brasil, as ações na área de Defesa e Cooperação, podem ser sintetizadas nas palavras do então Ministro da Defesa, na sessão de abertura oficial da XIII Reunião de Ministros de Defesa da CPLP, em 2011:

*“A CPLP seguirá desempenhando um valioso papel na área de defesa, assim como tem feito em outros setores. O Brasil tem apoiado as ações da comunidade por diversos meios. No campo da formação e capacitação das forças armadas, prestamos assistência técnica no exterior e disponibilizamos vagas para praças e oficiais em escolas militares brasileiros. Realizamos avaliações de infraestrutura aeroviária e naval com o objetivo de auxiliar nossos parceiros na identificação das melhores alternativas para seu aproveitamento. Apoiamos o desenvolvimento da engenharia de construção, a instrução em operações de manutenção da paz e o levantamento de plataformas continentais. Buscamos ampliar os contatos entre nossas forças armadas por meio de estágios, intercâmbios e operações conjuntas.”*  
(Amorim, 2011:2)

Outras ações da CPLP, na área de defesa, destacadas por Celso Amorim (2012:2) foram a realização de uma Operação militar conjunta, chamada de Operação Felino, por parte das Forças Armadas de estados membros da CPLP, que contou com o apoio brasileiro, e a iniciativa de levantamento das plataformas continentais no Atlântico Sul, visto que com a extensão das plataformas para 350 milhas náuticas, mediante pleito no marco das Nações Unidas, será

ampliado o potencial dos países ribeirinhos, no que se refere ao aproveitamento econômico das riquezas do leito marinho.

Por fim, é interessante notar, como a aproximação de interesses das políticas externa e de defesa, na temática do Atlântico Sul, também foi fundamental para a produção de outras políticas públicas. Com a África do Sul, por exemplo, foram desenvolvidas políticas públicas para o desenvolvimento da pesca, da navegação de cabotagem, de pesquisas científicas, e mesmo atividades turísticas, que acabavam englobando estratégias que buscaram aliar fatores não tradicionais de poder às ações exclusivas da esfera militar. (Aquino, 2008:122).

Em síntese, é possível observar diante de todos os acordos de cooperação, reuniões interministeriais e discursos, como a temática do Atlântico Sul ganhou espaço, durante dos governos Lula, com respaldos significativos nos governos Dilma. E, além disso, ficou bastante evidente como as ações para conformação de iniciativas políticas nesta área, tiveram espaço tanto por parte do Ministério das Relações Exteriores, principalmente durante as reuniões interministeriais da Zopacas, como ganhou cada vez mais espaço em outros fóruns multilaterais, como é o caso da CPLP, em conjunto com o Ministério da Defesa.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, tornou-se possível verificar como o Brasil – no intento de manter sua liderança no âmbito do Atlântico Sul, obter maior peso na atual ordem mundial e, mais importante, garantir que sua fronteira marítima seja respeitada – buscou providências para aumentar seus esforços no âmbito da ZOPACAS, considerada a principal iniciativa de integração regional existente na região da “bacia” do Atlântico Sul. Dessa maneira, buscou-se mostrar neste trabalho, como a atuação e debate no âmbito doméstico, com ampla participação dos parlamentares do Congresso Nacional, foram fundamentais para influenciar as tomadas de decisão por parte do Executivo, do Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, nas questões relativas ao Atlântico Sul, e no próprio desenvolvimento histórico da atuação brasileira na Zopacas.

Além disso, também se destacou a importância da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional para promover, por meio das reuniões, debates e seminários, uma aproximação nas relações civis-militares, principalmente em um momento de maior confluência de ações do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil. Isto fica mais evidente nas diversas ações de cooperação, tanto nas ações de cooperação sul-sul – nas diversas modalidades, com países africanos –, no âmbito do ABC, que

tiveram tanta ênfase neste trabalho, como nas ações de Cooperação na área de Defesa, que são justamente aquelas que demonstram esta confluência de interesses desses diferentes atores.

No entanto, considerando as potencialidades do Atlântico Sul e essa maior ligação e articulação entre as políticas de Defesa e Política Externa, torna-se imprescindível, no cenário regional atual, com a ampliação dos desafios brasileiros, que a articulação virtuosa de diplomacia e defesa, conforme argumenta Lima (2010:408),

*(...) depende de uma prévia definição política do Estado que privilegie a soberania na definição de seus interesses nacionais e a autonomia na sua implementação. A sua institucionalização é cada vez mais necessária para que não fique condicionada às conjunturas e eventuais realinhamentos eleitorais (Lima, 2010:408)*

Vale ressaltar também a centralidade que as descobertas de petróleo na região do pré-sal, em ambas as margens do Atlântico Sul, tiveram para a revitalização da importância da ZOPACAS para seus países-membros. A região voltou a ser foco desses Estados não apenas pelo petróleo, mas também pelo incremento do fluxo marítimo na região, pelo aumento do comércio entre os países e pelas atividades de pirataria no litoral africano, decorrentes do despreparo das marinhas dos países costeiros. Em vista disso, explica-se o grande interesse brasileiro em fortalecer a ZOPACAS, principalmente após o último encontro dos países membros, em Montevideu.

Há ainda de se inferir que o Brasil tem se mostrado como um *region-builder*<sup>4</sup>, no tocante ao Atlântico Sul. Como argumenta Abdenur e Marcondes (2014:18):

*Na sua estratégia para o Atlântico Sul, os esforços brasileiros no âmbito doméstico estão fortemente vinculados aos programas de cooperação em defesa, tanto no âmbito bilateral quanto na sua dimensão multilateral. Ambos visam a fortalecer a identidade marítima dos países do perímetro do Atlântico Sul, sublinhando não apenas as preocupações em comum, mas também a percepção de que há uma necessidade de proteger os recursos oceânicos de ambos os lados do Atlântico Sul, especialmente o pré-sal. (Abdenur; Marcondes, 2014:18)*

No entanto, na conformação desta criação de uma identidade marítima e de maior promoção de políticas públicas nesta área, o Governo e o Congresso precisam continuar a apoiar financeiramente projetos de cooperação, e os investimentos para que as Forças Armadas, e, no caso da Amazônia Azul, a Marinha e a Força Aérea estejam preparadas e modernizadas

---

<sup>4</sup> O termo *Region-builder* é comumente definido como um esforço político, feito por Estados, em uma região comum, para alavancar a cooperação entre eles, com a finalidade de melhorar as suas integrações políticas, econômicas, sociais, culturais e de segurança. (*Centre For Conflict Resolution*, 2014:1)

suficientemente para poder resguardar a soberania do país e ter o poder de dissuasão necessário. Além disto, torna-se de suma importância a promoção de maiores debates, tanto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa, como no plenário da câmara e Senado, a fim de alertar e difundir a importância e as necessidades recorrentes nesta temática da segurança do Atlântico Sul.

Por fim, o fortalecimento da Zopacas traz consigo a importância, para os países da região, de tê-la como um fórum multilateral para o encaminhamento de questões regionais, com uma menor interferência de países externos ao Atlântico Sul, sobretudo em possíveis cenários em que os países desenvolvidos possam almejar alguma intervenção militar, a fim de garantir acesso a mercados, petróleo e recursos minerais. Esta situação, inclusive, já faz emergir uma discussão no âmbito da OTAN, em que existem anseios para transformar toda a bacia do Atlântico em uma área de sua influência, incluindo tanto o Atlântico Norte, como o Atlântico Sul. (Amorim, 2013:17)

## Referências Bibliográficas

**ABDENUR**, Adriana Erthal; **SOUZA NETO**, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292014000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03/02/2017

**ALEXANDRE**, Cristina Vieira Machado. (2006), **O Congresso e a Política Externa Brasileira (1985-2005)**. Dissertação de mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro.

**ALMEIDA DA SILVA**, Antônio Ruy de. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: **NASSER**, Reginaldo Mattar; **MORAES**, Rodrigo Fracalossi (Org.). O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 199-215.

**Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**. Cooperação Técnica Brasileira. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Calendário de Cursos. Disponível em: <[www.abc.gov.br/zopacas/Cursos.aspx](http://www.abc.gov.br/zopacas/Cursos.aspx)>. Acesso: 12/02/2017

**AMORIM**, Sérgio Gonçalves. Perspectivas brasileiras na convergência entre o SISBIN e a ZOPACAS. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais | e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.2, n.4, Jul-Dez. 2013 | p.11-31

**AMORIM**, Celso. A COOPERAÇÃO DE DEFESA NA CPLP. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2011/mes12/discurso.pdf>>. Acesso: 12/02/2017

**AQUINO**, Edson Tomaz de; A Dimensão do Atlântico Sul na Política Externa e na Defesa do Brasil, dos Anos 70 ao Limiar do Século XXI. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo. 2008

**BARBOSA JÚNIOR**, Ilques. “A importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e integração Regional.” Revista da Escola Superior de Guerra, 23(48), 43- 93. 2007

**BIELINSKI**, Diego. A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul: gênese e encontros. Brasília: 2013. Observatório da África; IREL/UNB. Disponível em: <<https://observatoriodaafrica.wordpress.com/2013/01/29/a-zona-de-paz-e-cooperacao-no-atlantico-sul-genese-e-encontros/>> . Acesso: 08/02/2017

**CALDAS**, Anderson de Oliveira. A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Trabalho Final do XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais. 2013

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**. DECRETO Nº 4.379, DE 17 DE SETEMBRO DE 2002. Promulga o Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4379-17-setembro-2002-478143-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4379-17-setembro-2002-478143-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 12/02/2017. Brasília: 2002.

\_\_\_\_\_. Discurso de Elimar Máximo Damasceno. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=209.2.52.O&nuQuarto=82&nuOrador=3&nuInsercao=20&dtHorarioQuarto=16:42&sgFaseSessao=OD&Data=07/10/2004&txApelido=ELIMAR%20M%C3%81XIMO%20DAMASCENO,%20PRONA-SP>. Acesso em 12/02/2017.

\_\_\_\_\_. Discurso de José Genoíno. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=167.2.53.O&nuQuarto=40&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:57&sgFaseSessao=GE&Data=10/07/2008&txApelido=JOSÉ%20GENOÍNO,%20PT-SP>>. Acesso em 12/02/2017.

\_\_\_\_\_. Discurso de José Genoíno. Brasília: 2008 Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=105.2.53.O&nuQuarto=46&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:15&sgFaseSessao=GE&Data=19/05/2008&txApelido=JOS%C3%89%20GENO%C3%8DNO,%20PT-SP>> Acesso em 12/02/2017.

\_\_\_\_\_. Discurso de Fernando Ferro. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=136.2.53.O&nuQuarto=39&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:16&sgFaseSessao=BC&Data=12/06/2008&txApelido=FERNANDO%20FERRO,%20PT-PE>>. Acesso em 12/02/2017

\_\_\_\_\_. Discurso de Edmilson Valentim. Brasília: 2008. Disponível: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=006.2.53.O&nuQuarto=26&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:50&sgFaseSessao=BC&Data=14/02/2008&txApelido=EDMILSON%20VALENTIM,%20PCDOB-RJ>>. Acesso em 12/02/2017

**CARVALHO**, Josiane Rocha; **NUNES**, Raul Cavedon. A Zopacas no Contexto da Geopolítica do Atlântico Sul: História e Desafios Atuais. Porto Alegre: Revista Perspectiva. v. 7, n. 13 (2014)

**CENTRE FOR CONFLICT RESOLUTION. REGION-BUILDING AND REGIONAL INTEGRATION IN AFRICA.** Disponível em: <[www.ccr.org.za/images/pdfs/CCRPB23\\_region-building\\_23sep2014.pdf](http://www.ccr.org.za/images/pdfs/CCRPB23_region-building_23sep2014.pdf)>. Acesso: 13/02/2017

**CNPQ.** O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-proantar> . Acessado em 02/02/2017

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.** REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL nº 44, de 2008. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4220047>

**CORREIO BRAZILIENSE.** Atlântico Sul terá sua primeira reunião. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/437103/PS%20Sarney%2087-90%20viagens%20-%200097.pdf?sequence=1>>; Acesso: 05/02/2017. Brasília: Edição do Correio Braziliense de 8 de Junho de 1988.

**DODDS**, Klaus. “Geógrafos del Atlántico Sur: el pensamiento geopolítico argentino y la política del tratado del Atlántico Sur (OTAS)”. In: Geopolítica. Buenos Aires, El Ateneo, nº 52, ano XX, 1994 (30:41); e nº 53, ano XX, 1995 (22-32).

**GUIMARÃES**, Bruno Gomes. A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática. Porto Alegre: UFRGS: 1º Seminário Internacional de Ciência Política. Estado e Democracia em Mudança no Século XXI. Setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/GUIMARÃES-A-política-brasileira-para-o-Atlântico-Sul-SICP.pdf>> Acesso: 10/02/2017

**GROVE**, Eric. "Naval Co-operation in the South Atlantic", in Mills, G. (ed.) 1995

**HIRST**, Mônica; **PINHEIRO**, Leticia. A política exterior do Brasil em dois tempos. Revista Brasileira de Política internacional. Ano 38, nº 1, 1995, p. 15.

**ITAMARATY.** Declaração sobre a situação na República Democrática do Congo aprovada na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Brasília. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-sobre-a-situacao-na-republica-democratica-do-congo-aprovada-na-vii-reuniao-ministerial-da->

[zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/?searchterm=zopacas](http://zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/?searchterm=zopacas).  
08/02/2017

Acesso:

**JOSÉ**, Joveta. A política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais e com o Brasil. Dissertação de Doutorado. Defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFRGS, 2011

**LOPEZ**, Luiz Roberto. História do Século XX: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

**LIMA**, Maria Regina Soares. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. (Org.). Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 01, p. 401-418.

**MAPA**, Dhiego de Moura . A África na política externa do governo Lula: fortalecimento do diálogo Sul-Sul; Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011

**MINISTÉRIO DA DEFESA**. Brasil promove seminário para países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Brasília. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/17373-brasil-promove-seminario-para-paises-membros-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>. Acesso: 12/02/2017

**MINISTÉRIO DA DEFESA**. Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico SUL (ZOPACAS). Montevideo, jan. 2013. Disponível em: [www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso\\_ministro/zopacas.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf) >. Acesso: 10/02/2017

**PENHA**, Eli Alves. Os sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual. Revista Ideias em Destaque, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2010.

**PENHA**, Eli Alves. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EUFBA, 2011.

**República Federativa do Brasil**. Diário do Congresso Nacional. Seção I. Câmara dos Deputados. ANO XLI. nº019. 02/04/1986. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02ABR1986.pdf#page=68>. Acesso: 09/02/2017

\_\_\_\_\_. Diário do Congresso Nacional. Seção I. Câmara dos Deputados. ANO XLIII. nº057. 21/06/1988. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21JUN1988.pdf>. Acesso: 09/02/2017

\_\_\_\_\_. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Histórico e Atribuições. Brasília: 2017. Disponível em: [CREDNhttp://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/conheca-a-comissao](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/conheca-a-comissao). Acesso em 20/01/2017

**RIBEIRO**, Cláudio Oliveira. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v.51, n.2, p.39. Dezembro de 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292008000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 27/01/2017.

**SENADO FEDERAL**. Diário do Senado Federal nº 92. Publicado em 09/06/1998. Sessão de 08/06/1998. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=13455&paginaDireta=10072>. Acesso: 08/02/2017

**SOUZA**, Isabela Gláucia de. O Estigma da energia nuclear na defesa nacional: a ZPCAS e a Declaração de Luanda de 2007. Arquivo Ana Lisboa, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: . Acesso em: 10/02/2017.

**VISENTINI**, Paulo G. Fagundes. Da Marginalização ao “Renascimento Africano”. In: Visentini, Paulo G. Fagundes; **RIBEIRO**, Luiz Dario T.; **PEREIRA**, Analúcia Danilevicz. História da África e dos Africanos. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 145-187.